

Delito

TORCEDOR

ESPORTE, VIOLÊNCIA E DIREITO PENAL

ULISSES AUGUSTO PASCOLATI JUNIOR





Belo Horizonte	São Paulo
Av. Brasil, 1843,	Av. Paulista, 2444,
Savassi, Belo Horizonte, MG	8º andar, cj 82
Tel.: 31 3261 2801	Bela Vista – São Paulo, SP
CEP 30140-007	CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2020, D'Plácido Editora.
Copyright © 2020, Ulisses Augusto Pascolati Junior.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

<i>Editor Chefe</i>	Plácido Araes
<i>Editor</i>	Tales Leon de Marco
<i>Produtora Editorial</i>	Bárbara Rodrigues
<i>Capa, projeto gráfico</i>	Nathalia Torres Imagem por Furinsaglam via Pixels
<i>Diagramação</i>	Nathalia Torres

1173355

Catálogo na Publicação (CIP)

Pascolati Junior, Ulisses Augusto
P281 Delito e torcedor : esporte, violência e direito penal / Ulisses Augusto Pascolati Junior. - 1. ed. - Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2020.
410 p.
ISBN 978-65-5589-016-7
1. Direito. 2. Direito Penal. I. Título.

CODir: 341.5

Bibliotecária responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

Sumário

Lista de Tabelas	13
Lista de Imagens	15
Apresentação	17
Prefácio	23
Introdução	25
1. Aproximação do fenômeno da violência dos torcedores no futebol: criminologia e história	31
1.1. Considerações introdutórias.....	31
1.2. Violência, futebol e direito penal.....	32
1.2.1. Surgimento e evolução do futebol no Brasil: do amadorismo ao profissionalismo.....	34
1.2.2. Violência no contexto do desporto no Brasil. Evolução no futebol.....	42
1.2.2.1. A linguagem do futebol.....	48
1.2.3. Torcida organizada: surgimento e transformação.....	51
1.2.3.1. A torcida e o torcedor organizado: formas de expressão.....	57
1.2.3.2. O integrante organizado, o torcedor comum e a prática de violência.....	66

1.3. Torcida organizada como variação de uma subcultura delincente.....	71
1.3.1. Observações prévias.....	71
1.3.2. Surgimento da “subcultura delincente”: do “hooliganismo” às torcidas organizadas.....	72
1.3.3. Características das “subculturas delinquentes” inseridas no contexto das “torcidas organizadas”.....	76
1.3.4. Torcida organizada como expressão de uma subcultura delincente.....	85
2. Normatização: respostas jurídicas à violência no esporte.....	89
2.1. Introdução.....	89
2.1.1. Regime jurídico da violência endógena.....	91
2.1.1.1. Violência endógena e a possível incidência da lei penal.....	95
2.2. Modelos de resposta penal à violência exógena.....	103
2.2.1. Modelos internacionais: Europa e América do Sul.....	104
2.2.1.1. Alemanha.....	105
2.2.1.2. Inglaterra.....	109
2.2.1.3. França.....	114
2.2.1.4. Itália.....	117
2.2.1.5. Espanha.....	122
2.2.1.6. Portugal.....	127
2.2.1.7. Chile.....	131
2.2.1.8. Argentina.....	136
2.2.1.9. Uruguai.....	139
2.3. Brasil: O Estatuto do Torcedor e o modelo civil de prevenção à violência.....	141
2.3.1. Prevenção e segurança: alterações trazidas pela Lei n. 12.299/2010.....	147
2.3.2. O paradigma da prevenção: alterações penais.....	151

3. Infrações de polícia	169
3.1. Considerações introdutórias.....	169
3.1.1. A origem da questão: Estado policial versus Estado de direito e os delitos policiais.....	170
3.1.2. História dos delitos policiais no Brasil: o exemplo inicial brasileiro (vadios e capoeiras). A presença das infrações de posse.....	172
3.1.2.1. Introdução histórica.....	172
3.1.2.2. Os vadios e os capoeiras.....	179
3.1.2.3. Equivalente funcional: art. 41-B do Estatuto de Defesa do Torcedor.....	186
3.2. Contravenção penal e a ideia da prevenção em VON LISZT.....	189
3.3. Crime e contravenção: paradigmas dogmáticos.....	195
3.4. Influência italiana. Códigos do século XIX.....	212
3.5. Crime e contravenção: evolução da legislação brasileira.....	216
3.6. Art. 41-B do Estatuto do Torcedor. Abandono das contravenções ou retomada dos delitos de polícia?.....	223
4. Delitos de posse como referencial de justificativa dogmática	225
4.1. Introdução e panorama histórico.....	225
4.2. Contexto político-criminal.....	229
4.3. Conceito civil de posse: evolução e a relação acessória com o direito penal.....	234
4.4. A independência relativa do conceito penal de posse.....	245
4.5. A necessidade de um conceito de ação penal e a natureza jurídica da conduta possessória.....	253
4.5.1. Notas introdutórias.....	253
4.5.2. Grupo de casos: exemplos de situações possessórias.....	254
4.5.3. Perspectiva dogmática da ação penal no injusto de posse.....	255
4.5.4. A posse como conduta penal: a controversa posição doutrinária da natureza jurídica. Uma relação de estado.....	273

4.6. Injusto próprio-autônomo ou antecipação das barreiras defensivas (de punição) do direito penal?	289
4.7. Classificação tipológica e legitimação dos delitos de posse	293
4.7.1. Considerações dogmáticas de legitimação	309
4.8. Sentido material do delito de posse extraído do contexto	316
5. Perspectiva dogmática e legitimação material (parcial) do injusto de posse do art. 41-B, §1º, inc. II	321
5.1. Considerações introdutórias	321
5.1.1. Dados captados da realidade fenomênica	323
5.1.2. Grupos de casos (exemplos ou estruturas)	325
5.2. Perspectiva dogmática material do injusto possessório do art. 41, §1º, inc. II. Futebol: um contexto de risco	327
5.2.1. Elementos do contexto	328
5.2.1.1. O futebol	328
5.2.1.2. Os participantes (sujeitos ativos)	330
5.2.2. Critério objetivo de limitação: Os instrumentos que podem servir à prática de violência	331
5.3. Legitimidade material da estrutura “a”. O paradigma da perturbação social. A posse como preparação	340
5.3.1. A consideração do torcedor organizado é manifestação de um direito penal do autor?	349
5.4. Legitimidade material da estrutura “b”	351
5.5. Legitimidade material da estrutura “c”	354
5.6. Ilegitimidade material das estruturas (grupos) “d” e “e”. O direito penal da “suspeita”	355
5.7. A repressão penal	356
Conclusão	359
Referências	365

**Apêndice 1: pesquisa quantitativa de dados junto
ao anexo de defesa do torcedor.....389**

**Apêndice 2: situações que envolveram
instrumentos destinados à prática de violência...401**